



JUSTIFICATIVA

A Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde, necessitam destes Serviços, objeto deste credenciamento, para Melhorar os Atendimentos pós COVID-19 de ALTO GARÇAS-MT.

Considerando que a Atenção Primária é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária;

Considerando que a SMS tem como objetivo suprir de forma adequada à missão proposta pelo SUS, no que se refere ao atendimento nos serviços de saúde de forma continuada, facilitando o acesso além de propiciar um fluxo adequado de agilidade e resolutividade no atendimento, com vistas na melhoria do conforto no atendimento, assim como, buscar a promoção da dignidade e respeito ao usuário do SUS;

Considerando que a nossa Carta Magna preceitua que a saúde é direito de todos e dever do estado (art. 196, da CF/88), e que, nesse diapasão, a Lei 8.080/90 (LOS- Lei Orgânica da Saúde) delinea os princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecendo em seu artigo 2º que o direito a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

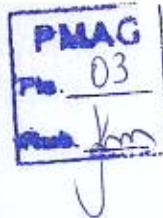
Considerando que entre os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a lei supramencionada, está a universalidade de acesso, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia das



Alto



PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



peçoas, a igualdade, o direito à informação, a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e a resolubilidade.

Considerando a declaração da condição de transmissão pandêmica da infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

Considerando a publicação da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como os protocolos e orientações de prevenção ao contágio do COVID-19 emitidos pelo Governo Federal por meio do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

Considerando a portaria 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020, que declara estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19) em todo o território nacional, e na mesma data, a decretação do estado de calamidade pública pelo Governo Federal pela aprovação do Decreto Legislativo nº 06 a ser publicado no D.O.U., e ainda a aprovação do projeto de lei que decreta estado de calamidade pública no Pará, assim como o Decreto aprovado em 21 de março de 2020 reconhecendo a situação de calamidade pública no Estado do Amapá, a serem publicados no D.O.E.;

Considerando as orientações da Organização Mundial de Saúde, em 18 de março de 2020, sobre a prevenção à saúde mental das pessoas, devido ao estresse decorrente das situações pelo risco de contaminação pelo coronavírus (<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792>);

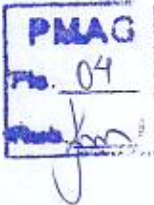
Considerando o necessário cumprimento das (os) psicólogas (os) ao Código de Ética Profissional, que estabelece em seus princípios fundamentais que a (o) psicóloga (o) trabalhará, dentre outras coisas, visando a eliminação de situações de negligência e, também, atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural;



Assinatura



PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



Considerando que a assistência psicológica no contexto de pandemia da COVID-19 deve ser realizada apenas por psicólogas (os) formadas (os) e inscritas (os) em seu conselho de classe profissional. E qualquer atividade de estágio deve ser suspensa, sendo mantida apenas as atividades de formação com as Residências em Saúde.

Assim, é urgente e inadiável a contratação de serviços de psicologia para atendimento de pacientes pós Covid-19 afetados psicologicamente no município.

Renata Martins de Oliveira do Carmo
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2021

